
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

EDUARDO DA CUNHA RÊGO JÚNIOR

MATRÍCULA: 2016495/5

GALDINO PATAXÓ: UM CASO, DUAS VERSÕES

Uma análise comparativa das matérias publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S.Paulo*

BRASÍLIA, JUNHO DE 2005

CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

EDUARDO DA CUNHA RÊGO JÚNIOR

MATRÍCULA: 2016495/5

GALDINO PATAXÓ: UM CASO, DUAS VERSÕES

Uma análise comparativa das matérias publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S.Paulo*

Monografia apresentada como exigência para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

Orientador:

Prof. FERNANDO ANTÔNIO PEREIRA BRAGA, MsD

BRASÍLIA, JUNHO DE 2005

FOLHA DE MENÇÃO

EDUARDO DA CUNHA RÊGO JÚNIOR

GALDINO PATAXÓ: UM CASO, DUAS VERSÕES

Uma análise comparativa das matérias publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S.Paulo*

MENÇÃO
<u>SS</u>

Monografia apresentada como exigência para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

Banca examinadora

Prof. ALBERTO DA COSTA LIMA

Prof. SÉRGIO LUIS SOUZA SANTOS MAGGIO

Prof. FERNANDO ANTÔNIO PEREIRA BRAGA, MsD

BRASÍLIA, ____ DE JUNHO DE 2005.

DEDICATÓRIA

Dedico o trabalho a toda minha família, meus irmãos, sobrinhos, cunhados e especialmente aos meus pais Eduardo da Cunha Rêgo e Ana Maria Menezes da Cunha Rêgo que me apoiaram incondicionalmente nesses 21 anos. A vocês dois que nunca deixaram minhas pegadas na areia sozinhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado todas as oportunidades que tive e tenho em minha vida. A minha família, que sempre me apoiou e torceu por mim. Ao meu cunhado Anderson Ribeiro Oliva “da Cunha Rêgo”, pelas dicas e atenção.

Ao meu orientador Fernando Braga, pela paciência e conselhos. A duas professoras que me apoiaram especialmente em minha monografia, Vânia Alves e Regina Martinez.

Agradeço também duas pessoas que me cederam gentilmente as matérias dos jornais para minha pesquisa. O funcionário da Funai Josafá e o repórter do *Correio*, Ary Filgueira.

Não poderia esquecer de agradecer aos meus verdadeiros amigos de faculdade que me ajudaram ao longo desses quatro anos de muitas conquistas e alegrias. A vocês meus colegas e futuros colegas de profissão: Bianca Estrella, Kelly Couto, Nilton José de Oliveira, Leonardo Pretel, Joana D’arc dos Santos, Lanusse Barbosa, Christiane Perez, Cecília Calvoso, Sarah Nogueira e o Márcio “carioca”.

SUMÁRIO

Apresentação	8
Capítulo 1	
Sensacionalismo na linguagem jornalística	11
Capítulo 2	
Ética jornalística	19
Capítulo 3	
Objetividade jornalística	27
Capítulo 4	
Análise de textos	38
4.1 - Análise de Conteúdo	38
4.2 - Análise de Discurso	41
Capítulo 5	
As Duas Versões (Análises das matérias do <i>Correio Braziliense</i> e da <i>Folha de S. Paulo</i>)	47
5.1 - Quando um crime vira espetáculo	47
5.2 - Crime racial ou social?	50
5.3 - Com mendigo pode?	51
5.4 - De volta ao local do crime	52
5.5 - Parcialidade: “um lado da moeda”	52
5.6 - <i>Folha de S. Paulo</i> e os dois “lados da moeda”	53
Conclusão	57
Bibliografia	58

“...se o mundo se torna o que os jornais dizem que é, então os jornais devem ser muito cuidadosos sobre o que dizem que ele é”.

(Geore Herbert).

Apresentação

Transformar fatos e acontecimentos cotidianos em notícias interessantes é o objetivo de grande parte dos atuais profissionais da imprensa. Para êxito de tal meta, os veículos de comunicação utilizam múltiplas estratégias para conquistar a atenção do público, o que, muitas vezes, torna a notícia um verdadeiro espetáculo. Entre os diversos veículos de comunicação tocados por essa prática, destacamos, para análise do presente trabalho, os jornais impressos que, por vezes, utilizam-se do sensacionalismo para vender seu produto na sociedade de consumo. Este fenômeno é conhecido como *Cultura de Massa*.

Os objetos de estudo escolhidos para dar visibilidade a esses fenômenos foram as matérias publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S.Paulo*, sobre um crime ocorrido em Brasília na madrugada do dia 20 de abril de 1997, no qual, cinco adolescentes brasileiros atearam fogo ao corpo do índio Galdino Pataxó, que dormia em uma parada de ônibus. Os acusados foram julgados e condenados.

O caso ocorrido na capital do país teve repercussão nacional, entre outros fatores, pelo fato de os acusados não terem um motivo aparente para cometer tal delito, serem de família de classe média - dois são parentes de magistrados (um é filho de um juiz e outro, enteado de um ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral) - e a vítima se tratar de um índio. Tudo isso ajudou a endossar a dimensão e repercussão nacional que o caso alcançou.

O índio Galdino Pataxó, um dos líderes de sua comunidade, havia viajado a Brasília para se reunir com representantes do governo com a intenção de reivindicar o direito a terras no sul do estado da Bahia. O episódio ajudou a maximizar o problema das disputas pela posse de terras, até os dias atuais, entre índios e os “brancos”.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), a violência cometida contra o índio Galdino não foi um caso isolado. Porém, diferentemente dos outros casos de assassinatos de índios, quando quase sempre há disputa de terras com fazendeiros, o caso do Pataxó destacou-se pela falta de um motivo concreto.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar e comparar as matérias da época publicadas nos referidos jornais para verificar se houve a utilização de

linguagem objetiva na cobertura do caso ou se existiu tentativa de transformar a cobertura do acontecimento num espetáculo.

Não existe a intenção de observar a repercussão pública do caso, nem mesmo de entrar no mérito das matérias terem influenciado ou não, no julgamento dos envolvidos. O objetivo proposto neste trabalho é verificar como o caso foi noticiado para a sociedade. Por isso, optamos por delimitar os dois dias seguintes ao caso para serem pesquisados. Foram feitas análises das reportagens publicadas nos dias 21 e 22 de abril de 1997.

A escolha dos jornais teve como intenção central identificar se houve parcialidade no relato do crime realizada pelo jornal local de maior circulação, o *Correio Braziliense*. Para isso, foi escolhido um veículo de outro estado – *Folha de S. Paulo* - como forma de comparação entre as abordagens.

Alguns fatores influenciaram na escolha do tema, entre eles: localidade, pelo crime ter ocorrido na capital da República; fatores raciais; porque a vítima era um índio; econômicas; pois os culpados são de classe média; e sociais; porque o crime cometido por adolescentes da cidade não é um caso atípico em Brasília. Outros casos de violência cometidos por adolescentes já haviam alcançado repercussão nacionalmente como, por exemplo, o caso do estudante Marco Antônio Velasco, que em 1993 foi assassinado por causa do espancamento sofrido por um grupo rival de adolescentes.

Questões como utilização de linguagem sensacionalista por parte da imprensa, o emprego da opinião nas matérias, a ética jornalística e análises de conteúdo e de discurso foram temas abordados neste trabalho.

No primeiro capítulo discutimos o uso da linguagem sensacionalista na imprensa, estudando seus objetivos e características, comparando-a com a visão de diferentes teóricos que trabalharam o tema.

No segundo capítulo debatemos o que seria a ética, mais especificamente no campo jornalístico. Buscamos diferentes conceitos de estudiosos para sabermos qual a definição, as características, o que os jornalistas pensam das questões éticas e qual a importância desta norma para o profissional de comunicação.

A objetividade jornalística foi o tema abordado no terceiro capítulo. As análises de teóricos que discutiram o assunto terão grande valor para

esclarecermos questões como características da objetividade, importância, utilidade e qual a diferença da linguagem subjetiva.

No quarto capítulo, procuramos realizar um debate teórico acerca do que alguns autores propõem que sejam as análises de conteúdo e de discurso, bem como seus objetivos. Tal definição foi importante para a última etapa do trabalho, que consiste na análise das matérias dos jornais.

Após trabalharmos com várias hipóteses acerca do que seria o sensacionalismo na imprensa, ética jornalística, objetividade e análises de conteúdo e de discurso, podemos finalmente, no quinto capítulo, comparar as reportagens publicadas pelo *Correio* e pela *Folha*. Todo este embasamento teórico foi importante para auxiliar na comparação das manchetes, na verificação da linguagem utilizada pelos veículos, na questão do juízo de valor, no emprego de adjetivos e nas linhas editoriais das matérias, das opiniões de leitores e de representantes do governo na época.

Após a verificação das matérias, sustentada em conceitos teóricos, chegamos, enfim, a uma conclusão a respeito da imparcialidade ou não, por parte dos veículos de comunicação escolhidos.

1 - Sensacionalismo na linguagem jornalística

A proposta deste capítulo é estudar as características da utilização do sensacionalismo nas matérias jornalísticas e quais os objetivos desta técnica. O objetivo final deste tópico é definir o significado do termo, que nos auxiliará na análise das matérias publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*. Essa medida ajudará na definição de uma conclusão a respeito da utilização ou não, de uma linguagem sensacionalista por parte dos referidos veículos na publicação das matérias acerca do caso Pataxó.

Para tanto buscamos a opinião de diferentes autores que dedicaram livros na abordagem deste assunto. Pudemos observar que o termo sensacionalismo em muitos casos é utilizado de forma pejorativa no meio da comunicação, para desprestigiar o veículo que faz uso desta técnica.

Uma das principais características do sensacionalismo é a valorização da emoção, o que em alguns casos, prejudica a narração objetiva do acontecimento.

A forma como o sensacionalismo é utilizado, em alguns casos, na linguagem dos jornais, é o tema proposto pelo autor Danilo Agrimani no livro *Espreme que sai Sangue*.

Agrimani cita em seu livro as principais regras definidoras da prática ou do modo sensacionalista de produção no jornalismo diário como, intensificação, exagero, valorização da emoção em detrimento da informação, exploração do extraordinário e do vulgar de forma espetacular e desproporcional, destaques de elementos supérfluos ou sugestivos, subtração de elementos importantes e acréscimo ou invenção de palavras ou fatos.

O autor vai além e propõe que a produção discursiva do sensacionalismo é sempre trágica, violenta, ridícula e fantástica. Agrimani diz também que esta técnica é apelativa e explora os personagens de forma sádica, caluniadora e ridicularizadora.

O jornalismo sensacionalista extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece. Fabrica uma nova notícia que a partir daí passa a se vender por si mesma (Pedroso Apud Agrimani, ano 1995, p.14)

Agrimani cita também a importância da manchete, nos veículos que utilizam linguagem sensacional, para despertar o lado emocional do leitor e dar maior destaque à notícia.

A manchete, dentro da estratégia de venda de uma publicação que adotou o gênero sensacionalista, adquire uma importância acentuada. A manchete deve provocar comoção, chocar, despertar a carga pulsional dos leitores. A linguagem sensacionalista não admite distanciamento, nem a proteção da neutralidade. É uma linguagem que obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto, uma linguagem editorial... É a produção de noticiário que extrapola o real que superdimensiona o fato. (Pedroso Apud Agrimani, 1995, p.14)

Outro autor que aborda o termo sensacionalismo em seu livro “As notícias e seus efeitos” é o Jorge Pedro Sousa. O autor propõe um debate para saber até que ponto é o mercado ou são os jornalistas a ditar as leis e os critérios na produção e difusão da informação jornalística.

Pretende saber-se se os jornalistas possuem sempre uma esfera de liberdade de decisão que passa pela sua consciência individual, ou, talvez mais precisamente, saber-se se os jornalistas são, até certo ponto, autônomos, e, se o são, até que ponto que o são verdadeiramente. (Sousa, 2000, p.117)

O sensacionalismo é uma técnica de linguagem, mas não deixa de ser uma notícia. Pedro Sousa fala também em seu livro sobre as notícias e suas múltiplas funções. O autor considera que as notícias participam na definição de uma noção do que é atual e importante e do que não o é, proporcionam pontos de vista sobre a realidade, possibilitam gratificações pelo seu consumo, podem gerar conhecimento e também sugerir, direta ou indiretamente, respostas para os problemas que quotidianamente os cidadãos enfrentam.

As notícias, ao surgirem no tecido social por ação dos meios jornalísticos, participam na realidade social existente, configuram referentes coletivos e geram determinados processos modificadores dessa mesma realidade. (Sousa, 2000, p.125)

O autor considera que a comunicação jornalística é um dos agentes que intervêm no processo de construção social da realidade. O autor vai além e diz que os meios jornalísticos, ao tornarem a sociedade tendencialmente mais conhecida e reconhecível por ela própria, contribuíram, desde que apareceram, para a ocorrência de modificações sociais profundas. Pedro Sousa fala também

que os meios jornalísticos apresentam determinadas realidades com interpretações prontas.

Não será errado também afirmar que os meios jornalísticos são o principal veículo de comunicação pública através dos quais a estrutura de poder comunica com a sociedade. Aliás, os meios jornalísticos tomam parte da estrutura política dessa sociedade tanto quanto tomam parte da estrutura social, econômica, histórica e cultural da comunidade em que se inserem e na qual se desenvolveram. Mas trata-se de uma comunicação mediada. Ou seja, as realidades que os news media nos dão a conhecer são realidades mediatizadas por esses mesmos meios. Visto de outro prisma, os meios jornalísticos mediatizam o nosso conhecimento das realidades que não conhecemos e propõe-nos, logo à partida, determinadas interpretações para essas mesmas realidades(...) De alguma maneira, os meios de comunicação moldam o nosso horizonte de conhecimento sobre um determinado número de realidades, especialmente de realidades atuais. (Sousa, 2000, pp.127-128).

Pedro Sousa considera que os meios selecionam a informação de acordo com um conjunto de interpretações que valorizam determinados acontecimentos em detrimento de outros, por isso, considera que o principal elemento deste processo é o receptor. O autor considera que não só os leitores escolhem os meios que consomem como também influenciam os meios de comunicação, em conjunto com fatores sociais, ideológicos, culturais, tecnológicos etc.

Outra forma de praticar o sensacionalismo é repassar informações sem a devida apuração das veracidades das mesmas. Essa prática popularmente conhecida como “boato” é abordada pelo autor Jen-Noël Kapferer em seu livro *Boatos: o mais antigo média do mundo*. O autor considera que a notícia é muito importante e na maioria das vezes, se refere a um acontecimento que pode trazer mudanças súbitas e importantes. Kapferer considera que a notícia é uma informação plena de implicações em relação a ela mesma e ao próximo, dela esperam-se conseqüências imediatas, negativas ou positivas. “A notícia é uma informação pragmática: ela desempenha para o público o mesmo papel que a percepção para um indivíduo. Ela não informa, ela orienta”, diz Kapferer.

Outra autora que aborda o tema deste capítulo é Rosa Nívea Pedroso em seu livro *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. A autora considera que o modo de chamar a atenção do sensacionalismo pretende oferecer ou provocar sensações que vão atingir o mecanismo de comportamento do leitor para aceitar, rejeitar, absorver, resistir ou responder à mensagem.

Como recurso para provocar sensações fortes sejam elas visuais, semânticas ou ideológicas, o sensacionalismo processa-se através do exagero gráfico lingüístico e temático da mensagem elaborada. (Pedroso, 2001, p.50).

A autora considera que o jornalismo sensacionalista representa e permite o acesso ao mundo da liberdade pela exploração dos temas agressivos, homicidas e aventureiros, que não podendo realizar-se na vida cotidiana, submetida à lei e à censura, tendem a realizar-se, projetivamente, na leitura. Nívea Pedroso considera que o jornal que utiliza esta prática busca a construção de uma realidade. A autora sugere também que o fascínio pelo sensacionalismo está relacionado à determinada classe social e considera também que a distância entre a leitura e a realidade, conota um sentido mais emotivo à notícia.

O sensacionalismo, então, é a exploração desse fascínio pelo extraordinário, pelo desvio, pela aberração, pela aventura, que é suposto existir apenas na classe baixa. E é no distanciamento entre leitura e realidade que a informação sensacional se instala como cômica ou trágica, chocante ou atraente. (Pedroso, 2001, p.52).

Nívea Pedroso propõe que outro traço marcante do sensacionalismo é a supervalorização e apresentação chocante dos fatos. Segundo a autora, o sensacionalismo expõe o que é oculto, obscuro, proibido, e extrema o que é vulgar e corriqueiro. Para Pedroso, o objetivo desta prática é emocionar o leitor além dos graus normais da tensão psicológica em que o mesmo vive. A autora define o sensacionalismo como:

Modo de produção discursiva da informação da atualidade processado por critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, lingüístico, e semântico contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados acrescentados ou subtraídos no contexto da representação e construção do real social. (Pedroso, 2001, p.52).

Nívea Pedroso considera que a dramatização do fato, colocando o jornalista como testemunha participante, distancia o real do aqui codificado e reconstruído pela linguagem.

É nesse interstício discursivo, distanciamento entre realidade e fato construído, que está instalado o espaço da dúvida ou da desconfiança, questão que o jornal não consegue resolver(ou não quer) (Pedroso, 2001, p.89).

A autora considera os títulos de uma matéria sensacionalista semelhantes à narração da mesma, nas quais utilizam-se da deformação ou deslocamento do significado das palavras sempre em direção a aspectos referentes ao desvio social e sexual, que quebram a convenção determinada pela ordem. Desse modo os títulos e as matérias estabelecem uma relação trágico-cômico-grotesco que permite a emergência de um discurso sedutor.

Outro livro escolhido que também trata do tema deste capítulo foi o *Shownarlismo a notícia como espetáculo*, do autor José Arbex Jr. O autor considera que a mídia cria diariamente a sua própria narrativa e a apresenta aos telespectadores -ou aos leitores - como se essa narrativa fosse a própria história do mundo. Os fatos, transformados em notícia, são descritos como eventos autônomos, completos em si mesmos. Os telespectadores, embalados pelo “estado hipnótico” diante da notícia, acreditam que aquilo que lêem é o mundo em estado “natural” é “o” próprio mundo.

Qualquer crítica séria da mídia deve ter como pressuposto, necessariamente, a “desnaturalização” dos fatos e das notícias apresentados em quanto tais pela mídia. “Fatos” e “notícias” não existem por si sos, como entidades “naturais”. Ao contrário, são assim designados por alguém (por ex: editor), por motivos (culturais, sociais, econômicos, políticos) que nem sempre são óbvios. Mas essa operação fica oculta sob o manto mistificador da suposta “objetividade jornalística”. (Arbex, 2002, p.103).

Arbex Jr, considera que o jornalista é um observador seletivo quanto ao evento presenciado. O autor diz que ao relatar um evento o observador seleciona, hierarquiza, ordena as informações expostas, fazendo aí interferir as suas estratégias de narração. Mas nem por isso, segundo Arbex Jr., o jornalista tem o direito de tratar a mensagem como bem entender, para satisfazer interesses pessoais.

Descrever um fato é, ao mesmo tempo, interpretá-lo, estabelecer sua gênese, seu desenvolvimento e possíveis desdobramentos, isolá-lo, enfim, como um ato, uma unidade dramática. Mas nada disso significa que ao descrever um fato, o narrador possa manipular a linguagem com um grau absoluto de arbitrariedade. (...) O narrador (historiador, jornalista, cientista político) escolhe e singulariza determinado fato, motivado por aquilo que pretende estrategicamente, demonstrar. Mas, se é verdade que a escolha de um evento e de um determinado ponto de vista para analisar o evento depende integralmente do observador, isso não significa

que ele tem o poder de alterar livremente os fatos. (Arbex, 2002, p.108).

O autor considera que o trabalho jornalístico é explicar da melhor maneira possível o encadeamento dos eventos que produziram um fato considerado relevante. Arbex Jr ressalta, porém que essa explicação não poderá falsear a ordem dos eventos.

Nenhuma interpretação poderá com legitimidade, defender a tese de que foi a destruição de Hiroshima e Nagasaki que iniciou a 2ª Guerra. Se não há uma única “verdade histórica”, isso não significa que qualquer versão seja aceitável como “verdadeira”. (Arbex, 2002, p.108).

O autor propõe que as interpretações dependem muito de quem é o intérprete, a quem ele está se dirigindo, de seus objetivos ao propor determinada interpretação e o momento histórico que a interpretação acontece. Além disso, Arbex Jr. fala quais são os fatores que são levados em conta nas interpretações e diz que a verdade da notícia está diretamente relacionada com a credibilidade do veículo.

Os limites da interpretação são social, econômica, política e culturalmente determinados e delimitam um campo de pertinência que é absolutamente central para a atividade jornalística, pois remete ao problema da verdade da notícia e da credibilidade do veículo que a divulga. (Arbex, 2002, p.112).

Outro autor que aborda o tema sensacionalismo em seu livro *A miséria do jornalismo brasileiro: As (in)Certezas da Mídia*, é Juremir Machado da Silva. Machado considera que a mídia costuma basear-se numa linguagem que traz satisfação ao consumidor. O autor considera ironicamente, que se a notícia não prejudica um terceiro, não há reclamação aceitável, não faz sentido.

Afinal e ainda bem, nem todos podem ser intelectuais ou artistas. Extraordinária opção: o tédio ou a vulgaridade. Sem o espetáculo, a melancolia. Estranha filosofia pela qual a felicidade só poderia trazer aborrecimentos. Felizmente Deus inventou a miséria e a violência para divertir os humanos.(...) A mídia explora o mal para o bem dos seus consumidores. O bem cheira mal e entedia. O mal revigora e desperta interesse. Por isso, o moralismo é fundamental na imprensa. A diferença entre bem e mal deve ser nítida para que o cliente não fique insatisfeito. (Machado, 2000, pp.35-36).

Machado considera que o profissional da opinião, autorizado a refletir sobre si mesmo, interpreta o mundo a partir das experiências fundamentais e contribui

para o amadurecimento dos leitores. O autor diz que o subjetivismo do colunista reflete objetivamente as tendências de uma época.

O autor sugere que o jornalista interpreta os fatos a partir dos conhecimentos culturais e ideológicos que possui. Machado diz também que o profissional da comunicação trabalha a narração da matéria conforme o interesse do patrão para favorecer determinados interesses pessoais.

O jornalista é humano e funciona a partir de uma bagagem cultural e ideológica. Selecciona, recorta, veta, vê, não vê. Instalado, aprende a conhecer o domínio do patrão e a terra livre onde pode decidir, favorecer este ou aquele, ou simplesmente anular os indesejáveis. (Machado, 2000, p.24).

Machado propõe que o principal fator que “obriga” a imprensa sensacionalista a rever suas estratégias são os homens que possuem uma consciência crítica. O autor considera que esses homens que possuem bagagem cultural e intelectual são leitores mais difíceis de serem manipulados com informações imparciais e de interesses pessoais.

A limitação do poder da mídia depende da capacidade de estruturação política dos atores sociais. Quanto mais filtros aparecem (organizações sociais de todos os tipos), mais a influência da mídia encontra contrapoderes. Quanto mais a escola forma homens críticos, mais a mídia e o mercado são obrigados a reformar-se. (Machado, 2000, p.27).

Após a análise desses autores, chegamos a algumas conclusões acerca das principais regras definidoras da prática ou do modo sensacionalista de produção de informação no jornalismo diário.

Um dos desafios enfrentados diariamente pelos estrategistas da mídia consiste, precisamente, na elaboração de estratégias de sedução do leitor, operando em um espaço de ambigüidade do fato comunicativo. A técnica é utilizada principalmente quando o assunto remete à esfera da política e da economia.

Outra característica marcante da linguagem sensacionalista é a intensificação, exagero e heterogeneidade gráfica, não só do texto, como na escolha das manchetes, das fotos e de outros recursos visuais como charges, ilustrações e outros.

A valorização da emoção em detrimento da informação está presente nesta técnica que costuma utilizar muitos adjetivos de forma opinativa. A matéria sensacionalista em vez de apenas informar, julga e condena, papel este, que deveria ser atribuído ao Judiciário.

A exploração do extraordinário e do vulgar, de forma espetacular e desproporcional, é outra característica dessa linguagem sensacional que utiliza técnicas para chocar o leitor. O objetivo é estimular o lado emocional, muitas vezes transformando o mundo real num fictício imaginário.

O destaque de elementos insignificantes, ambíguos, supérfluos ou sugestivos, a subtração de elementos importantes e acréscimo ou invenção de palavras ou fatos são outras características encontradas.

A valorização de conteúdos com pouca possibilidade de desdobramento nas edições subsequentes e sem contextualização político-econômico-social-cultural estão presentes nessa técnica. Utiliza uma discursividade repetitiva, fechada ou centrada em si mesma, ambígua, motivada, unidirecional, ambivalente, dissimulada, indefinida, substitutiva, deslizante, avaliativa, sedutora.

A produção de uma linguagem de um jornal sensacionalista está sempre na expectativa trágica, erótica, violenta, ridícula, insólita, grotesca ou fantástica. Utiliza uma gramática fundamentada no desnivelamento sócio-econômico-cultural entre as classes hegemônicas e populares.

Enfim, uma matéria sensacionalista é aquela que ultrapassa os limites da informação pura e simples, procurando assim, espetacularizar um fato, transformando os personagens da vida real em atores de um mundo fictício e idealista.

Este capítulo sobre sensacionalismo será de extrema importância para as considerações finais do objeto de estudo, no caso, as matérias do jornal *Correio Braziliense* sobre o caso do índio Pataxó. Após termos o conceito do que é uma linguagem sensacional poderemos analisar posteriormente as matérias sobre o referido caso e concluir se o veículo utilizou-se dessa técnica ou não.

2 - Ética jornalística

Neste capítulo discutiremos sobre a ética especificamente no jornalismo. A imprensa pode investir-se do direito de tudo publicar, com base no princípio da liberdade de expressão? Tem ela o direito de manipular a opinião pública, estabelecendo e julgando o que é e o que não é “politicamente correto”? Não é nossa intenção discutir o importante papel de denúncia da imprensa, mas sim, debater e aprofundar os contornos éticos que envolvem o mundo da informação.

Um dos autores escolhidos para trabalhar este tema foi Daniel Cornu. O autor do livro *Ética da informação* considera que a ética fica definida como a aplicação pessoal de um conjunto de valores livremente eleitos pelo indivíduo, em função de uma finalidade por ele mesmo estabelecida e que acredita ser boa. Cornu considera que a ética é uma ciência que tem por objeto o julgamento de apreciação enquanto ele se aplica à distinção entre o bem e o mal.

A ética da informação, portanto, interessasse prioritariamente pelo tratamento intelectual da informação factual (em oposição ao tratamento material: composição e impressão para a imprensa escrita, gravação de sons e imagens para a mídia eletrônica), a tudo o que se acarreta escolhas e decisões quanto ao conteúdo e a forma da informação fornecida ao público. (Cornu, 1998, p. 20)

O autor considera que os códigos deontológicos e os conselhos de imprensa perseguem hoje a construção de três objetivos gerais. O primeiro é assegurar à população como um todo a informação exata, honesta e completa à qual ela tem direito, e oferecer proteção contra os abusos e desvios. Em segundo lugar proteger aqueles cuja profissão é informar, contra todas as formas de pressão ou de constrangimento que os impeçam de transmitir à população a informação assim definida, ou que os induzam a agir contra suas consciências. Por fim, assegurar da melhor maneira possível a circulação da informação dentro da sociedade, de acordo com a missão fundamental da imprensa nos regimes liberais.

Cornu considera a liberdade de imprensa uma condição fundamental para melhor informação e diz que a missão de fazer circular informações e idéias por toda a sociedade não pode se realizar sem liberdade.

Para que o direito do público de conhecer os fatos e as opiniões seja uma realidade, a independência dos jornalistas e a dignidade conferida a sua profissão, devem ser asseguradas. As diversas disposições deontológicas relativas aos jornalistas tratam desses dois aspectos, sob o prisma dos deveres e também dos direitos. A Declaração de Munique ocupa-se, mais que os outros textos, em definir quais são as condições da independência do jornalista frente aos poderes públicos, aos meios econômicos e ao seu empregador. (Cornu, 1998, p.52)

Daniel Cornu diz que um dos aspectos mais visíveis e concretos da independência do jornalista é a sua imparcialidade, que se refere às relações com suas fontes. Ele enxerga a verdade como valor fundamental da informação.

Para que seja considerada boa, a imprensa deve corresponder às exigências da verdade: informações exatas, verificadas, opiniões expostas com honestidade, livres de preconceitos, relatos jornalísticos verídicos e ciosos de sua autenticidade. O fator verdade é decisivo. Ele é freqüentemente posto, como na Declaração de Munique, como a primeira das obrigações morais de um jornalista: “Respeitar a verdade, quaisquer que sejam as conseqüências para si mesmo, e isso em razão do direito do público de conhecer a verdade”. (Cornu, 1998, p.64).

Daniel Cornu propõe que a informação deve ser exata e seu tratamento adequado, caso contrário, a informação deixa de ser aquilo que é.

O autor sugere que a credibilidade dos meios de comunicação está ligada à veracidade das notícias, à honestidade com que são tratadas e à exatidão de seu conteúdo. Ele considera que uma boa informação apresenta o reflexo do essencial dos fatos ocorridos no dia. A informação, segundo Cornu, deve ser plural e objetiva, em particular pela apresentação de todos os seus elementos constitutivos e a ausência de manipulações. Sua elaboração assenta-se em procedimentos de verificação dos fatos e de controle das fontes.

Outro assunto abordado por Daniel Cornu em seu livro é a obrigatoriedade da retificação na prática jornalística que ele considera ser um dever do jornalista. “A busca da verdade tem por corolário o dever da retificação. A Declaração de Munique estabelece que o jornalista retifique qualquer informação publicada que se mostre inexata”. O autor vai além e diz que:

Se um fato foi relatado de modo parcial ou inexato, se um artigo ou uma emissão divulgou alguma informação contendo erros materiais, os fatos devem ser precisados e os erros, corrigidos. Não existem jornalistas ou jornais que não cometam erros, por menores que sejam. Os jornais sérios e os jornalistas exigentes distinguem-se dos demais por publicar precisões e retificações. (Cornu, 1998, pp. 68-69).

Daniel Cornu destaca por fim, em seu livro, a responsabilidade dos meios de comunicação. Ele diz que a ética da informação não se resume à ética dos jornalistas. Ela desdobra-se em uma ética dos meios de comunicação, cuja responsabilidade como organização ultrapassa a soma das responsabilidades individuais dos jornalistas. “A soma das responsabilidades da ética da informação é pouco reconhecida nos países de tradição liberal, onde a tendência continua sendo a valorização da responsabilidade individual”, Cornu.

Outro autor que aborda o tema ética no livro *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética* é Bernardo Kucinski. Ele considera que o jornalismo brasileiro atual vive uma crise ética. Mais do que a incidência de desvios éticos pontuais, a característica dessa crise é o vazio ético.

No dia-a-dia das redações, o vazio ético é reforçado por mecanismos diversos, entre os quais o fim da demarcação entre jornalismo e assessoria de imprensa; a fusão mercadológica de notícia, entretenimento e consumo; a concentração de propriedade na indústria de comunicação; a crescente manipulação da informação por grupos de interesse; e, principalmente, a mentalidade pós-moderna, que celebra o individualismo e o sucesso pessoal. (Kucinski, 2005, p.18).

Kucinski considera que se o jornalista começa a ponderar sobre as conseqüências das verdades que tem a dizer, sobre a conveniência de revelar parte da verdade e omitir outra, ele passa a assumir outro papel social, deixa de ser profissional do jornalismo para ser censor e juiz daquilo que o povo deve ou não saber.

A busca da verdade de interesse público, segundo Kunciski, implica a adesão a uma deontologia, uma ética de procedimentos que não se limita à técnica de bem escrever, abarcando todas as etapas da busca da verdade dos fatos, da veracidade. Os fundamentos dessa deontologia são a honestidade

intelectual e a perícia. Para Kucinski, o jornalista ético é o que age com a mesma honestidade intelectual que caracteriza o cientista.

Outro livro utilizado para discussão do tema foi *Jornalismo, ética e liberdade* do autor Francisco José Karam.

Karam diz que a defesa do direito social à informação implica argumentar que a informação, ao construir simbolicamente o mundo, deve expressar a diversidade conceitual com que ele se forma cotidianamente. Isso envolve o reconhecimento de que, na própria informação, é necessário que as diversas concepções, versões, culturas e comportamentos estejam presentes.

O autor considera que lidar com princípios morais no jornalismo é um problema. Pois eles expressam, em sua generalidade e ambição de universalidade, na maioria das vezes, concepções políticas particulares, que geram ações jornalísticas e coberturas parciais, embora aqueles que a produzem achem, em geral, que a verdade, a imparcialidade, a honestidade, a responsabilidade, o compromisso social, a exatidão, a relevância pública ou interesse público estão, enfim, ali revelados naquela página de jornal ou revista, naquele espaço de rádio ou televisão.

Karam considera que a preocupação com a questão ética no jornalismo surge com a complexidade crescente da mediação que os meios de comunicação exercem sobre a realidade.

O jornalismo ao reconstruir o mundo, ao mostrá-lo em sua diversidade de fatos e pluralidade de versões, trouxe algo inerente consigo: a necessidade de distinguir os acontecimentos de relevância pública e a responsabilidade de publicá-los, prevendo conseqüências e atendendo a princípios de pluralidade social. A preocupação com a questão ética surge ao mesmo tempo em que se tenta garantir e ampliar o direito social à informação. Por isso, os princípios deontológicos, isto é, aquelas normas que devem ser seguidas, sempre tentaram vincular a mediação jornalística à responsabilidade social que exige a profissão. (Karam, 1997, pp. 53-54).

O autor considera que a dimensão pública do jornalismo exige que, na informação, esteja presente a pluralidade de versões e a maior transparência possível da realidade, mediada pelo profissional. No entanto, a pluralidade de versões significa, por princípio, que pessoas têm concepções diferentes, valores diferenciados, opiniões diversas e, junto com essa diversidade,

caminham a ideologia e os interesses particulares, expressos nas declarações, fornecimento de documentos, fotografias e outros.

A informação jornalística, para ser exata, imparcial e ter responsabilidade social precisa ir além de poucas declarações ou documentos parciais, no sentido de revelar publicamente aquilo que atinge o público em sua cotidianidade. Muitas vezes, a insistência profissional, pode ser tida como indispensável no sentido de proteger a cidadania e garantir que o público diverso não seja logrado somente pelas declarações oficiais ou submetidas ao interesse particularizado de empresas, governo, organismos públicos e privados ou interesse pessoal no caso de assunto de menor abrangência, mas com relevância social. (Karam, 1997, p 103).

Karam diz que o jornalista tem o compromisso ético com a diversidade social, com a pluralidade dos fatos, versões e opiniões. No entanto, deve estar respaldado em dados, números, índices, estatísticas e fatos. Para Karam, a busca da verdade envolve tanto a exatidão na apuração informativa quanto a objetividade no relato.

Outro autor escolhido para trabalhar este tema foi Carlos Alberto Di Franco, que escreveu o livro *Jornalismo, ética e qualidade*. Di Franco considera que o jornalismo investigativo, não-partidário à verdade dos fatos, são as qualidades de profissionalismo e de modernidade. Para o autor, o prestígio da imprensa implica na derrubada de inúmeros tabus como a superficialidade, as impressões e a falta de apuração, as omissões e o engajamento político.

Di Franco diz que a imprensa tem relevante papel de denúncia. Essa função, no entanto, nada tem a ver com a curiosidade agressiva, com o afã de escândalo ou com atitudes de retaliação.

O autor repudia o jornalismo que constrói a suspeita como norma de juízo, pois segundo ele, acaba despencando no jornalismo de preconceito. Di Franco considera que tal prática é “antijornalística” e torna a matéria parcial.

Com relação ao jornalismo impresso, Di Franco considera que apesar de o veículo ser tradicionalmente forte no tratamento da informação, enveredou pelos caminhos do espetáculo. Segundo o autor, esse culto do entretenimento em prejuízo da informação de qualidade tem frustrado os leitores dos jornais.

Os jornais não precisam abrir mão da qualidade do seu conteúdo editorial para apresentar um produto mais atraente aos seus leitores. (...) Títulos, fotos e reportagens com forte apelo emocional ensaiam evoluções num terreno em que a televisão é mais competente. A credibilidade de um jornal não se sustenta com descargas de adrenalina. (Di Franco, 1996, p.21).

O autor considera que boa parte da crise que afeta alguns setores da mídia pode ser explicada pela sua alienação da realidade. Para Di Franco, a ética é o segredo da credibilidade da imprensa. O autor diz que em nome da responsabilidade social, a imprensa não pode pautar as suas atividades pelo ângulo do espetáculo.

Não se trata de adocicar a realidade. O problema não está na veiculação de notícias sobre violência, mas no exagero, na desproporção informativa. É cômodo e relativamente é fácil provocar emoções. Informar com profundidade é outra conversa. (Di Franco, 1996, p.25).

O autor vai além e diz que a imprensa precisa estabelecer normas que desestimulem a “promiscuidade” entre o texto opinativo e a matéria informativa caso queira conquistar novos leitores.

A opinião camuflada, de esquerda ou de direita, conspira contra a qualidade do noticiário. Respeito ao público, verdadeiro detentor da informação, e fidelidade à verdade factual são as duas exigências do jornalismo competente. (Di Franco, 1996, p.28).

Para Di Franco, a paixão pela verdade, o respeito à dignidade humana, a luta contra o sensacionalismo, a defesa dos valores éticos representam uma atitude afirmativa do jornalista.

O autor também destaca a importância de uma imprensa livre para que as sociedades resolvam seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam sua liberdade.

Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício desta não é uma concessão das autoridades, é um direito inalienável do povo. (...) A liberdade de imprensa é essencial ao sistema democrático. Mas a responsabilidade é outra face da liberdade. (Di Franco, 1996, pp.41 e 156).

Di Franco considera que o leitor está cada vez mais crítico e exigente e por isso cobra qualidade informativa. Para ele o profissional do futuro deve

saber pensar com lógica, investigar sem preconceitos, escrever com elegância e informar com clareza e isenção sobre a verdade dos fatos. O autor diz também que o jornalismo de qualidade é o que procura resgatar o conhecimento objetivo e racional dos fatos.

Para Di Franco, confessar um erro de português ou uma troca de legendas é relativamente fácil. Mas admitir a prática de atitudes de prejulgamento, de manipulação informativa ou de leviandade editorial exige “senso de honra e coragem moral”. O autor não acredita na existência de uma objetividade absoluta. O que se espera da imprensa, segundo Di Franco, é um honesto e permanente esforço de isenção.

Di Franco considera ser perfeitamente possível harmonizar firmeza editorial com imparcialidade informativa. Para ele o esforço pela isenção no noticiário, responsável pela credibilidade da imprensa, exige permanente controle da qualidade ética da informação.

Para o autor, o jornalismo impresso, preocupado com o impacto da televisão e com a diminuição alarmante do hábito de leitura, tem desencadeado sucessivas operações de marketing. Porém, segundo ele, de nada adiantará o esforço, se o jornal negligenciar regras básicas de qualidade e credibilidade de uma publicação que são capazes de garantir uma boa clientela de leitores e anunciantes.

Di Franco diz que a precipitação e o pré-julgamento são manifestações eufemísticas de “convardia” editorial e que é preciso distinguir o dever de denúncia de um dissimulado afã de chocar.

Criticamos uma troca de legendas um erro de diagramação, mas não nos envergonhamos da informação incorreta, da matéria mal apurada, da manipulação informativa, do sensacionalismo, da notícia incompetente. (Di Franco, 1996, p.166).

O autor considera que a qualidade é outro nome da ética. Para ele, trabalhar pouco, mal, sem técnica e a qualidade exigida pela informação, é um ataque aos princípios da ética. Segundo Di Franco, o que vai conquistar novos leitores é uma ágil e moderna prestação de serviços ao leitor, é a matéria que

ultrapassa a superficialidade eletrônica, é a denúncia consistente e responsável, é o texto inteligente e bem escrito.

3 - Objetividade jornalística

Neste capítulo discutiremos sobre a questão da linguagem objetiva no jornalismo. Como vimos no capítulo anterior, a objetividade é uma das qualidades do jornalista ou do veículo que preza a ética na apuração, produção e divulgação de uma notícia.

Alguns jornalistas questionam se tal prática realmente existe, ou mesmo, se é possível ser imparcial ao relatar um fato, mas o que a maioria deles concorda, é que a busca pela objetividade é a chave da credibilidade do veículo e do jornalista.

Um dos autores escolhidos para ilustrar este tema foi José Arbex Jr. que escreveu o livro *Showjournalismo*. Arbex considera a idéia de que a notícia é o “retrato do fato tal como ele realmente aconteceu”, não é nova. Ao contrário, é um posicionamento que nasceu junto com a própria atividade jornalística como sugerem os jargões do tipo “testemunha ocular dos fatos”, “a verdade dos fatos, doa a quem doer”, “jornalismo objetivo que leva os fatos até você” e assim por diante.

O autor diz que em certo sentido, essa percepção da mídia como “janela” para o mundo ecoa a idéia da arte romântica do séc XIX, quando a verdade da imagem dependia de seu grau de fidelidade à paisagem observada, ou a do realismo que pressupunha que o trabalho do artista deveria ser regido pela “experiência direta da realidade” como condição para poder retratá-la.

A objetividade, para Arbex, é outro traço natural do jornalismo, como gênero literário. O importante, segundo ele, é manter o contato com o fato. Tudo o mais deriva daí: a informação do fato; a formação pelo fato; a atualidade do fato; o estilo determinado pelo fato. O autor propõe que o jornalista que divaga em torno do fato ou o deturpa, toma-o apenas como pretexto, generaliza facilmente ou está mal informado ou não é um “bom jornalista”. Arbex considera que a veracidade e o realismo são as grandes forças do jornalismo.

No livro, *Jornalismo, ética e qualidade*, Carlos Alberto Di Franco considera que o jornalismo de qualidade é o que procura resgatar o conhecimento objetivo e racional dos fatos.

Para Di Franco, a imprensa honesta e desengajada tem compromisso com a sociedade. O autor considera que a neutralidade é uma falácia, mas enxerga a imparcialidade como meta que deve ser perseguida todos os dias. A batalha da isenção enfrenta a sabotagem da manipulação deliberada, da preguiça profissional e da incompetência arrogante. (Di Franco, 1996, p. 95).

O autor não acredita na existência de uma objetividade absoluta. O que se espera da imprensa, segundo Di Franco, é um honesto e permanente esforço de isenção.

Certa dose de subjetivismo inevitável na seleção de notícias, não justifica operações de engajamento editorial. Omissões gritantes e promoções artificiais conspiram contra a credibilidade da mídia. Antipatias ou simpatias devem estar longe das redações. A matéria-prima do jornalismo é a informação. Seu único compromisso é com a verdade. (Di Franco, 1996, p.119).

Di Franco considera que a fidelidade significa verdade dos fatos. E para ele essa é a alavanca do jornalismo de qualidade. O autor acredita que o esforço pela isenção no noticiário é o responsável pela credibilidade da imprensa e por isso, exige permanente controle da qualidade ética da informação.

O Manual da Folha de S. Paulo trabalha com a idéia de que não existe objetividade em jornalismo. Orienta que ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. O Manual destaca porém, que o fato de tomar decisões subjetivas não exime o jornalista da obrigação de ser o mais objetivo possível.

Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. (MANUAL GERAL DA REDAÇÃO/ Folha de S. Paulo, 2001, p. 45)

O manual propõe que consultar outros jornalistas e pesquisar fatos análogos ocorridos no passado são procedimentos que ampliam a objetividade da matéria.

Outro livro que aborda a objetividade relacionada com a ética jornalística é *Jornalismo ética e liberdade*, de Francisco José Karam. O autor acredita que embora os manuais e códigos estejam recheados de expressões como independência, imparcialidade e isenção, fontes são impedidas de se manifestar, declarações são amenizadas ou alteradas, justifica-se a violência institucional, condenam-se greves. Por isso, Karam propõe que o bem social pode ser “ajustado” ao ideário de uma empresa e de seus donos, como se ele expressasse, em sua particularidade política, ideológica, moral e ética, a universalidade mediada de todos os interesses sociais.

O autor considera que a democracia informativa requer também a democracia e diversificação na propriedade, no controle e no acesso aos meios. Karam diz que a pluralidade dos fatos auxilia na precisão da verdade, na aproximação com a fidelidade dos acontecimentos, na exatidão da apuração de dados e eventos e também favorece a objetividade narrativa.

Em seu livro, Karam cita trechos de alguns manuais de redação que tratam da objetividade, tais como:

Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões. (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO/ O Estado de S. Paulo, 1990, p.18 apud Karam, 1997, p.110).

“Exatidão – Informação inexata é informação errada. A busca das informações corretas é a primeira obrigação de cada jornalista. Um jornal só firma seu conceito de credibilidade junto ao seu público quando é conhecido pela fiel transcrição das opiniões que colhe e pela exatidão dos dados que apura e publica. Para a construção da imagem de um jornal, mais importante do que ambiciosas reportagens é a publicação sistemática de textos com informações exatas. Para isso, cifras, números, grafia de nomes de pessoas entrevistadas, horários, datas, locais e todas as outras informações devem ser checados com o maior cuidado”. MANUAL GERAL DA REDAÇÃO/ Folha de S. Paulo, 1987, p. 30 apud, Karam, 1997, p.110).

“Isenção: O repórter deve ser isento. Ele tem de passar as informações sem opinar. Se o assunto é controverso o repórter deve ouvir os dois lados envolvidos. Só assim terá condições para construir uma matéria equilibrada, completa. A conclusão deve ser do leitor / telespectador, depois de ouvir as diversas posições sobre o assunto. MANUAL DE TELEJORNALISMO/TV GLOBO, 1985, p.13 apud Karam, 1997, p.111)

O autor considera que o profissional de jornalismo deve servir à causa da verdade, mostrando a “realidade objetiva”. Para isso é indispensável reconhecer que os fatos precisam evidenciar-se com transparência.

Outro autor escolhido para abordar o tema foi Daniel Cornu que escreveu sobre a objetividade jornalística no livro, *Jornalismo e verdade para uma ética da informação*. Cornu considera que a objetividade impõe “atenta neutralidade, o respeito pelas diversidades ideológicas, religiosas ou políticas do público, a prudência no tratamento de certos assuntos que dividem a opinião”.

Cornu propõe que não existe objetividade em jornalismo. Para ele o jornalista deve fazer o trabalho honestamente, de maneira não mentirosa no quadro definido pelas orientações do próprio jornal.

Outro autor que põe em dúvida a questão da objetividade jornalística é Michael Kunczik que escreveu o livro, *Conceitos de Jornalismo*. Um jornal não pode ser “objetivamente verdadeiro”, mas apenas “subjetivamente verdadeiro”. (Emil Dovifat apud Kunczik, 1997, p. 226)

Kunczik diz que por trás da noção de que é possível uma reportagem objetiva está a idéia de que a informação pode ser apresentada de tal maneira que seus receptores sejam capazes de formar suas próprias opiniões. A reportagem objetiva é entendida pelo autor como “desapaixonada, sem preconceitos, imparcial, isenta de sentimentalismo e conforme a realidade”.

O autor considera que devido à imprecisão da definição do termo, “qualquer órgão editorial poderia ser acusado de falta de objetividade ou de ser incapaz de reconhecer a verdade e transmiti-la apropriadamente”.

Kunczik destaca em seu livro outras características da linguagem objetiva, segundo Bentele (1982, p.135):

Informar sem emoção, informar de modo desapaixonado, selecionar palavras neutras para descrever o contexto, empregar citações diretas, citar fontes contraditórias, preservar evidências adicionais (Bentele, 1982, p. 135 apud Kunczik, 1997, p.230)

De acordo com esse conceito de Bentele, Kunczik considera que os textos jornalísticos objetivos podem ser identificados por suas qualidades de precisão, interesse, verificação, veracidade e neutralidade.

O autor diz que objetivo é aquilo que agrada, que é útil, que confirma a opinião de alguém.

Espectadores e partidos políticos, igrejas e sindicatos, empresários e grupos de ação cívica, esquerdistas e direitistas, não consideram objetivo aquilo que não lhes agrada, que usurpa seus próprios interesses, que não queiram escutar, que coloca em dúvida sua própria opinião. (Kunczik, 1997, p.231).

Para Kunczik, todos os fatos devem ser corretos, a informação duvidosa deve permanecer visível como tal. Para ele, a matéria não deve expressar as opiniões do autor, as expressões floreadas também devem ser evitadas e as opiniões dentro da reportagem devem ser identificadas.

O autor de *Informação Manipulação*, Alain Woodrow, propõe que toda e qualquer informação é forçosamente subjetiva. Segundo Woodrow, a informação é apresentada por um jornalista, isto é, por uma pessoa, com a “sua sensibilidade, o seu caráter, a sua história, as suas opiniões, os seus talentos e os seus limites”. Para o autor, a notícia resulta de uma escolha, de uma apresentação, com um número limitado de palavras (ou de imagens).

Consciente desta subjetividade inerente a toda informação, o jornalismo competente, para Woodrow, deve conquistar o tempo e o recuo necessários, distanciar-se do fato para tentar compreender o seu significado. Além disso, o autor sugere que o jornalista competente deve solicitar outras opiniões interrogando todos quantos necessários.

Na posse de todos estes elementos, fará a sua síntese, a fim de apresentar ao público uma descrição tão completa e imparcial quanto possível. Sabendo que a objetividade não faz parte deste mundo, introduzirá tantas correções quanto possível nos parâmetros da subjetividade. (Woodrow, 1996, p. 217).

Para Woodrow, aquilo que se chama de objetividade é na verdade a confiança depositada nos jornalistas ou o fato de vários jornalistas ou mesmo vários atores fazerem sensivelmente a mesma análise. Ou ainda que “o público, levando em conta as idéias e os valores do momento, tenha tendência para considerar como verídico o que é contado”. Para o autor, a informação baseia-se numa delegação de confiança. O leitor, o ouvinte e o telespectador confiam no jornalista para que ele lhes diga o que viu e ouviu.

Isto sublinha a importância, para a sua fiabilidade e credibilidade, da competência do jornalista, fruto de uma formação especializada, de uma certa experiência e de uma honestidade fundamentais. (Woodrow, 1996, p. 218).

Woodrow cita em seu livro um trecho do código ético americano que diz que a verdade é o objetivo último.

A objetividade no modo de relatar as informações é a marca própria do profissional experiente (...) nada perdoa a falta de exatidão ou a superficialidade. (Código Ético USA, 1926, apud, Woodrow, 1996, p. 227).

O autor considera que o jornalista deve defender sempre o princípio de liberdade de imprensa e dos outros mídia no que respeita à apuração da informação e à expressão de comentários e de críticas. Tem que lutar para eliminar a deformação ou a supressão de informações, assim como a censura. Woodrow considera ainda que o jornalista precisa lutar para garantir que a informação que transmite seja justa e exata, evitar exprimir comentários e conjecturas como se de fatos verificados se tratasse, assim como a falsificação por deformação, seleção ou inexatidão.

Outro livro escolhido para trabalhar este tema foi *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* que foi escrito por vários autores e organizado por Nelson Traquina. O capítulo que trata de objetividade jornalística é de Robert A. Hackett.

Para Hackett, a notícia pode e deve ser objetiva, equilibrada e reflexo da realidade social; as atitudes políticas dos jornalistas ou dos executivos editoriais são fatores determinantes da parcialidade jornalística. Hackett considera que quando um artigo não faz distinção clara entre as interpretações do seu autor e os fatos relatados o público está perante uma notícia parcial ou tendenciosa.

O autor cita em seu capítulo dois escritores, Doll e Brandley (1974, pp. 258, 262), que abandonaram a tentativa de definir parcialidade. Em vez disso, tratam-na negativamente, como ausência de objetividade, que eles definem como o uso de linguagem neutra ou objetiva, a utilização de provas para apoiar

as conclusões apresentadas e fornecer relato equilibrado, e a fuga a afirmações gratuitas.

Hackett sugere que os fatos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor, e propõe que os jornalistas devem buscar uma distância em relação aos acontecimentos do mundo real cujo significado eles transmitem ao público através de linguagem neutra e competentes técnicas de reportagem.

O autor diz que os obstáculos potenciais mais importantes que se opõem à apresentação de um relato equilibrado e exato daquilo que se passa no mundo são os preconceitos políticos ou as atitudes sociais dos comunicadores, que permitem que os seus valores ou percepções seletivas tornem tendenciosas a suas reportagens.

Hackett considera que a forma mais importante de parcialidade política ou ideológica nos mídia é o favoritismo, propositado ou não, em relação a um candidato, partido, posição política ou grupo de interesses, em detrimento de um outro.

Outro autor que aborda a objetividade jornalística no livro *A ética no jornalismo: Um guia para estudantes, profissionais e leitores*, é Philip Meyer. O autor considera que em sociedades diversificadas, o problema da imparcialidade é tão complexo que uma solução direta é impossível. O que é justo para um grupo irá parecer tendencioso para outro. Porém, Meyer diz que algumas regras principais foram desenvolvidas para tentar minimizar os danos. Uma delas é a regra da objetividade.

O repórter procura adotar uma posição de “homem de marte”, vendo cada exemplo como novo, não perturbado por expectativas prévias, juntando observações e passando-as adiante intocadas por interpretações. (Meyer, 1987, p. 81).

Meyer cita em seu capítulo um trecho do escritor Geore Herbert Mead que diz que “se o mundo se torna o que os jornais dizem que é, então os jornais devem ser muito cuidadosos sobre o que dizem que ele é”. (Geore Herbert Mead apud, Meyer, 1987, p.86)

A necessidade de imparcialidade, equilíbrio e objetividade, segundo Meyer, é guiada por mais do que a necessidade democrática de tratar todas as causas igualmente. Está relacionada à capacidade do jornal de ver os

assuntos de maneira fresca, de ver o mundo ao menos parte do tempo com os olhos “perfeitamente inocentes”. (Meyer, 1987, p.86).

Uma das regras para se obter a objetividade, segundo Meyer, é a regra da atribuição. Esta norma requer que o repórter forneça a fonte, seja esta óbvia ou não, de cada fato importante de uma história. Meyer considera porém, que o problema é que quando aplicada compulsivamente, pode levar o repórter a esquecer a responsabilidade do jornalista de ir atrás das fontes e fazer verificação independente de sua validade.

O autor cita também a regra do “obtenha o outro lado da história”. Esta norma diz que quando alguém faz uma afirmação que não é verificável por observação direta, e para a qual existam outros pontos de vista, espera-se que o repórter inclua esses outros pontos de vista.

Meyer chega a propor em seu livro, outra regra na qual grupos conflitantes deveriam receber espaço igual no jornal.

Outro aspecto do problema da imparcialidade, para o autor, envolve situações onde os próprios interesses do jornal, reais ou emocionais, estão envolvidos.

Meyer diz também que num nível, o redator investiga uma situação, decide o que é verdadeiro e então seleciona os elementos da história que fazem o trabalho mais eficiente em retratar aquela verdade.

A decisão do que selecionar e qual das “verdades” alternativas apresentar é subjetiva. Na apresentação, entretanto, todo o fato é verificado, e o redator pode tornar isso conhecido atribuindo a cada fato à sua fonte – uma pessoa, um documento, ou à observação direta do redator. (Meyer, 1987, p.95).

Philip Meyer cita em seu livro um trecho da Declaração de Princípios da American Society of Newspaper Editors, de 1975, que diz que os jornalistas devem respeitar os direitos das pessoas envolvidas nas notícias, observar os padrões comuns de decência e se fazerem responsáveis diante do público pela imparcialidade e acurácia de suas reportagens noticiosas. A declaração diz ainda que às pessoas acusadas deve ser dada a mais rápida oportunidade de responder. (Declaração de Princípios da American Society of Newspaper Editors, 1975, apud, Meyer, 1987, p.356).

Meyer cita também o Código de Ética da Associated Press Managing Editors Association que diz que um bom jornal é imparcial, acurado, honesto, responsável, independente e decente. A verdade é seu princípio-guia. O jornalista deve evitar práticas que entrariam em conflito com a habilidade de relatar e apresentar as notícias de maneira imparcial e não-tendenciosa. O código diz ainda que:

O jornal deve servir como uma crítica construtiva a todos os segmentos da sociedade. Editorialmente, deve advogar formas ou inovações necessárias ao interesse público. Deve expor ações erradas ou mau uso do poder, público ou privado. (Código de ética da Associated Press Managing Editors Association, 1975, apud, Meyer, 1987, p.357).

O referido código orienta que o jornal deve se guardar contra inacurácia, descuidos, preconceitos ou distorções seja através de ênfase ou de omissão. Precisa admitir todos os erros substantivos e corrigi-los prontamente e proeminentemente.

O código sugere que o jornal deve lutar pelo tratamento imparcial dos assuntos e manejo desapassionado de temas controversos. Deve proporcionar um fórum para troca de comentários e críticas, especialmente quando tais comentários são opostos às suas posições editoriais. Os editoriais e outras expressões necessitam ser claramente rotulados. A preocupação por interesses da comunidade, comerciais ou pessoais não devem fazer com que o jornal distorça ou represente falsamente os fatos.

Meyer cita também em seu livro outro código de ética, da Society of Professional Journalists Sigma Delta Chi. O referido código orienta que a objetividade da reportagem de notícias é uma meta, que serve como marca de um profissional experiente. É padrão de desempenho em direção ao qual os jornalistas lutam.

Honramos aqueles que o atingem.(...) A prática sadia faz uma clara distinção entre reportagens noticiosas e expressões de opinião. As reportagens noticiosas devem ser livres de opinião ou preconceitos e representar todos os lados de um assunto. (Código de ética da Society of Professional Journalists Sigma Delta Chi, 1973, apud, Meyer, 1987, p.359).

A jornalista Débora Xavier Rocha escreveu sobre objetividade em sua tese de mestrado da Universidade de Brasília. Rocha considera que a objetividade jornalística distingue-se da objetividade científica, que traz no bojo de sua definição a referência a um processo que retira suas conclusões de observações controladas, de verificações medidas e dosadas e ainda que pode ser replicada para a obtenção de resultado já alcançado. “No jornalismo, a objetividade não requer esse tipo de controle, replicação e comparação, mesmo porque não existe nele um método científico próprio”. (Rocha, 2004, p.51).

A definição de objetividade no jornalismo, para a autora, está relacionado com a qualidade de um texto informativo, que procura retratar fielmente os fatos, sem a interferência de valores subjetivos e opiniões pessoais.

Em sua tese de dissertação, Rocha cita os autores Rabaça e Barbosa. Para eles, embora freqüentemente citada, a objetividade é impossível, em termos absolutos.

O simples fato de escolha do que será veiculado – um dado, uma foto, uma fala, assim como a seqüência dessas informações, já elimina a pretensa objetividade e, ainda, que em jornalismo é mais razoável e adequado falar em honestidade da informação. (Rabaça e Barbosa, 1995, apud, Rocha, 2004, pp. 51 – 52).

Rocha cita também um trecho de Perseu Abramo que, ao contrário do que muitos apregoam, acreditava que era perfeitamente defensável o não ser neutro, imparcial, isento, dependendo das circunstâncias. Mas quando o jornalista deve agir assim?

No momento da orientação para a ação do leitor, responde Abramo(...) O órgão de comunicação não apenas pode, mas deve orientar seus leitores/espectadores, a sociedade, na formação de opinião, na tomada de posição e na ação concreta como seres humanos e cidadãos. (Abramo, 2003, apud Rocha, 2004, p.53).

Rocha considera que, o importante para Abramo, é compreender que existe a possibilidade concreta de buscar a objetividade e, assim, tentar aproximar-se ao máximo do erro involuntário e impedir a manipulação deliberada da realidade.

A autora diz que a supervalorização da objetividade muitas vezes reside no relativo e provisório êxito obtido em ocasiões em que o jornalista quer se distanciar do conteúdo de sua escrita, precavendo-se da eventualidade de confrontações e também se eximindo de responsabilidades éticas e jurídicas.

Rocha faz uma ressalva com relação ao texto objetivo. Para ela, nem sempre um texto escrito com objetividade tem mais compromisso com a fidedignidade dos acontecimentos do que qualquer outro.

Um relato, uma notícia ou uma reportagem podem ser objetivos ao máximo e, nem por isso, verdadeiros. Como por exemplo, se o jornalista confiou inteiramente em informações falsas. Nesse caso, mesmo sendo elaborado com objetividade, o texto será um simulacro da verdade. (Rocha, 2004, p.69).

Após a leitura de todos esses autores, concluímos que a objetividade, apesar de ser questionada por muitos jornalistas e escritores, tem papel muito importante no jornalismo. A credibilidade de jornalistas e de veículos está freqüentemente relacionada à objetividade dos mesmos.

Apesar de ser impossível escrever uma matéria sem um mínimo de subjetividade, o jornalista deve obedecer a regras como ouvir os dois lados, ser imparcial, não ser tendencioso, ser honesto, não distorcer ou manipular entrevistas, entre outras.

A conclusão de um conceito do que é objetividade jornalística será muito importante na hora que começarmos as análises das matérias do jornal Correio Braziliense.

Mas, para que possamos analisar as matérias, é importante que verifiquemos o conceito e as técnicas utilizadas nas análises de conteúdo e de discurso. E essa é a proposta do nosso próximo capítulo.

4 - Análise de textos

O último capítulo teórico da monografia tem o objetivo de estudar os métodos de análises de textos. Esta técnica auxiliará na pesquisa das matérias do Correio Braziliense acerca do caso Pataxó. Para isso, buscamos autores que escreveram sobre a análise de conteúdo e de discurso.

4.1 - Análise de Conteúdo

O primeiro livro escolhido para trabalhar este tema foi *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, que foi produzido por vários autores e organizado por Nelson Traquina. O capítulo que aborda o tema “análise de conteúdo” foi escrito por Robert A. Hackett.

Hackett considera que a maioria das investigações em torno da parcialidade centram-se mais no conteúdo das notícias do que nas condições de produção. Para que tal trabalho seja viável, uma pressuposição tem de ser considerada: a de que a parcialidade no conteúdo pode ser definida operacionalmente, e podem adotar-se apropriadas medidas empíricas para avaliar a sua presença. O autor diz que, recentemente, o método indiscutível para tal trabalho tem sido a análise de conteúdo (AC), geralmente quantitativa.

Para Hackett, a análise de conteúdo é uma técnica que começa com o esboço das categorias de conteúdo manifesto ou aparente que são consideradas apropriadas para a hipótese da análise. Num estudo do conteúdo noticioso, as categorias típicas podem ser palavras, temas ou atores específicos que são supostas tanto descrever a mensagem como possibilitar as inferências relativas aos determinantes da mensagem – particularmente as intenções ou parcialismo dos comunicadores. A unidade de análise é, freqüentemente, a frase, a notícia ou o artigo.

O autor considera que a AC está associada à problemática da parcialidade. Para ele, esta parcialidade é, muitas vezes, concebida em termos quantitativos: a extensão da coluna, a duração do tempo concedida a cada uma das partes em confronto, as proporções de afirmações favoráveis e desfavoráveis feitas acerca de um candidato específico, e assim por diante. Para Hackett, a quantificação das categorias é a operação chave da análise de conteúdo. O verdadeiro objeto da

análise de conteúdo, segundo o autor, é a mensagem intencional e os motivos do comunicador.

Hackett buscou no capítulo, situar historicamente a AC. Para isso, utilizou um trecho de Sumer:

Historicamente, a análise do conteúdo floresceu na Segunda Guerra Mundial quando foi utilizada na análise da propaganda inimiga – tanto para prever os movimentos do inimigo como para provar as suas parcialidades e intentos de enganar o público alvo. (Sumer 1979, p.99 apud. Hackett, 1999, p.114)

O autor diz que os componentes da análise de conteúdo reivindicam características como: objetividade (através de um conjunto de regras explícitas de codificação que possibilite a dois ou mais investigadores obter os mesmos resultados a partir do mesmo material), a sistematicidade (uso de critérios consistentes na seleção de uma amostra de conteúdo) e a generalidade (relevância teórica dada a outros atributos do conteúdo, ou às características do emissor ou do receptor da mensagem analisada).

Hackett acredita que o interesse crescente na ideologia e a conseqüente desvalorização da parcialidade têm estado associado à emergência de novos métodos de interpretação dos textos mediáticos, sobretudo aqueles inspirados na semiótica ou na análise estrutural. Os seus proponentes desafiam os propósitos científicos da análise do conteúdo, argumentando que é totalmente insuficiente estudar o modo como a ideologia estrutura as mensagens midiáticas. Para ele, isto acontece em parte, porque a análise de conteúdo só lida com o conteúdo manifesto, com significantes denotativos, como aqueles que o promovem.

Outro livro que nos auxiliou acerca do assunto foi *Análise de Conteúdo*, de Laurence Bardin. Para a autora, a análise do conteúdo (AC) é um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento que se aplica a discursos extremamente diversificados. Bardin considera que o fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicada é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução a inferência.

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cautions o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. (Bardin, 1977, p.9.)

A autora buscou outras definições de análises do conteúdo dentre elas a citada por Berelson. O autor diz que a AC continua a ser o ponto de partida para as explicações que todos os principiantes reclamam. Berelson a define como: “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. (Berelson apud Bardin, 1977, p. 34 e 36).

Bardin propõe que a análise do conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análises de comunicação, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens. Para ela, a intenção da AC é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta, que ocorre “a indicadores (quantitativos ou não)”. (Bardin, 1977, p.38).

A autora considera que o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise de textos, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou lingüísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas.

A análise de conteúdo para Bardin é um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção /recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Esta abordagem, segundo ela, tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens).

Bardin explica que a AC procura conhecer aquilo que está por trás das palavras pesquisadas. A autora diz que “AC visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”. (Bardin, 1977, p.44)

O objetivo da análise do conteúdo para Bardin é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os

indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

4.2 - Análise de Discurso

O primeiro livro escolhido para ilustrar os estudos e métodos de análises de discursos foi *Introdução à análise do discurso*, de Helena H. Nagamine Brandão. A autora considera que o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos é o discurso. Para ela, a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Brandão diz que como elemento de mediação necessária entre o homem e a sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são históricos-sociais.

A autora cita em seu livro um trecho de Foucault (1969). O referido autor concebe os discursos com dispersão, isto é, como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Segundo ele, cabe à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos. Tais regras, chamadas por Foucault de “regras de formação”, possibilitariam a determinação dos elementos que compõem o discurso.

Para Brandão, a análise de discurso (AD) “nasce” da necessidade de superar o quadro teórico de uma lingüística frasal e imanente que não dava conta do texto em toda sua complexidade. A autora diz que AD volta-se para o “exterior” lingüístico, procurando apreender como no lingüístico inscrevem-se as condições sócio-históricas de produção.

Brandão considera que o desafio ao qual a AD se propõe, é o de realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a análises de aspectos puramente lingüísticos nem o dissolvam num trabalho histórico sobre a ideologia. Para ela, a AD opera com o conceito de ideologia que envolve o princípio da

contradição que está na base das relações de grupos sociais, cujas idéias entram em confronto, numa correlação de forças; consideradas também as noções de interpretação e de aparelhos ideológicos de Estado que governam, regulam essas relações. A AD, segundo Brandão, busca não eliminar essas contradições, mas, ao contrário, fazê-las aflorar na materialidade lingüística do discurso, apreendê-las nas formas de organização discursiva, possibilitando captar as relações de antagonismo, de aliança, de dissimulação, de absorção que se processam entre diferentes formações discursivas.

Outro livro escolhido para trabalhar este tema foi *Discurso e Leitura*, de Eni Puccinelli Orlandi. O autor considera que a produção da leitura e da escrita fazem parte do processo de instauração dos sentidos. Para ele, o sujeito - leitor tem suas especificidades que são determinados histórica e ideologicamente; O autor propõe que a nossa vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social.

A leitura, portanto, não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade. (Orlandi, 2000, p.9)

Para Orlandi, saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente. Segundo ele, a análise do discurso tem como unidade o texto. Na perspectiva da análise de discurso, o texto é definido pragmaticamente como a unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua produção. O texto se constitui, portanto, no processo de interação. A relação entre o discurso e o texto é a que existe entre o objeto teórico e o da análise. Na AD, o objeto teórico é o discurso e o objeto empírico (analítico) é o texto.

Para o autor, a noção de texto, enquanto unidade da análise de discurso, requer que se ultrapasse a noção de informação, assim como coloca a necessidade de se ir além do nível segmental. Ele diz que o texto não é soma de frases e não é fechado em si mesmo. Portanto, ao se passar para o texto como unidade de discurso, se passa da operação de segmentação para a de recorte. Passa-se da distribuição de segmentos para a relação das partes com o texto, em que se procuram estabelecer, através dos recortes, unidades discursivas.

O discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção(...) O discurso não é um reflexo da situação, nem está mecanicamente determinado por ela. Além disso, o discurso não tem como função construir a “representação fiel de uma realidade mas assegurar a permanência de uma certa representação” (Vignaux, 1979, apud, Orlandi, 2000, p.55).

Orlandi diz que de acordo com a AD, o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas. Ele considera que as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. “As palavras tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. (Orlandi, 2000, p.58).

Orlandi propõe que o autor tem um papel a seguir na produção e divulgação de um texto:

Do autor se exige, coerência, respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à forma do discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e entre várias coisas, “unidade”, “não contradição”, “progressão” e “duração” do seu discurso. (Orlandi, 2000, p.87).

Dominique Maingueneau é outro autor escolhido para ilustrar o estudo de análises textuais. Em seu livro *Análise de textos de comunicação*, Maingueneau propõe que todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciadador. Para ele, compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é “mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável”. (Maingueneau, 2000, p.20).

O autor considera que a princípio não existe uma única interpretação possível para um enunciado e é preciso explicar quais os procedimentos do destinatário para chegar à mais provável, que será aquela que se deve preferir em determinado contexto.

Maingueneau diz que no uso comum, chamamos de “discurso” os enunciados solenes ou, pejorativamente, as falas incoseqüentes. “Nesse emprego, ‘discurso’ é constantemente ambíguo, pois pode designar tanto o

sistema que permite produzir um conjunto de textos, quanto o próprio conjunto de textos produzidos” . (Maingueneau, 2000, p.51).

Para o autor o discurso é “orientado” não somente porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve no tempo, de maneira linear. “O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar”. (Maingueneau, 2000, p.53).

Com relação ao discurso direto (DD), Maingueneau explica que o mesmo, não se contenta em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, mas ainda simula restituir as falas citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado.

A citação em discurso direto apresenta-se às vezes como a exata reprodução das palavras do enunciador citado. Na verdade, o discurso direto não relata necessariamente falas pronunciadas efetivamente, mas pode tratar de uma enunciação sonhada, de uma enunciação futura, ordenada. (Maingueneau, 2000, p.140 - 141).

O autor diz que mesmo quando o DD relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma encenação visando criar um efeito de autenticidade. “O DD caracteriza-se com efeito pelo fato de supostamente indicar as próprias palavras do enunciador citado: diz-se que ele faz menção de tais palavras”. (Maingueneau, 2000, p.141). Por esses motivos o autor considera que o DD não pode ser objetivo: “por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal”. (Maingueneau, 2000, p.141).

Maingueneau explica que a escolha do DD como modo de discursos relatado geralmente está ligada ao gênero de discurso em questão ou às estratégias de cada texto. Em particular pode-se procurar: criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; distanciar-se, seja porque o enunciador citante não adere ao que é dito e não quer misturar esse dito com aquilo que ele efetivamente assume; mostrar-se objetivo e sério.

No caso do discurso indireto, o autor explica que o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento.

O autor considera que em geral, a imprensa popular prefere o discurso direto ao (DI). Essa divergência para ele, remete a dois tipos de encenação da fala relatada: para um público leitor popular, o jornalista privilegia a narração, uma relação mais imediata com o vivido, as palavras mesmas das pessoas, como se o leitor estivesse presente na situação. Para um leitor instruído, o jornalista prepara um produto que fale à inteligência desse público e atrás do qual ele se apaga.

Outra idéia proposta por Maingueneau é a de que um discurso pode imitar um outro, servindo-se de duas estratégias opostas: a captação e a subversão. “Captar um texto significa imitá-lo tomando a mesma direção que ele. Por outro lado, há subversão quando o texto que imitava visa desqualificar o texto imitado. Nesse caso a estratégia adotada é a da paródia”. (Maingueneau, 2000, p.173)

Outro livro de Eni Puccinelli Orlandi para tratar o assunto foi *Análise de discurso, princípios e procedimentos*. Orlandi acredita que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político.

Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem. (Orlandi, 1999, p.9).

Para o autor, a análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua nem da gramática, embora lhe interessem. Ela trata do discurso. O autor considera que AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”. (Orlandi, 1999, p.15).

Orlandi acredita que para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade.

O autor destaca em seu livro as diferenças entre análise de conteúdo e análise de discurso:

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a AD considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. (Orlandi, 1999, p.17)

Orlandi considera que a análise de discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica. Para Orlandi, o que se espera do analista, é que ele lhe permita trabalhar não numa posição neutra mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. “Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade”. (Orlandi, 1999, p.61).

Após as definições de temas como sensacionalismo, ética jornalística, objetividade x subjetividade na imprensa e de um breve conhecimento das técnicas de análises de conteúdo e de discursos, buscaremos no próximo capítulo uma análise das matérias do Correio Braziliense acerca do caso Pataxó.

A utilização de um respaldo teórico será fundamental para que o trabalho proposto tenha o máximo de imparcialidade e objetividade possíveis.

5 - As Duas Versões

(Análises das matérias do *Correio Braziliense* e da *Folha de S. Paulo*)

Após buscarmos embasamento teórico acerca de relevantes temáticos que possibilitaram uma idéia do que seria o sensacionalismo na imprensa, ética jornalística, objetividade versus subjetividade e análises de conteúdo e de discurso, podemos finalmente analisar as matérias publicadas pelos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, nos dias seguintes ao crime.

Não é nossa intenção analisar a repercussão pública do caso, nem mesmo entraremos no mérito das referidas matérias terem influenciado ou não no julgamento dos envolvidos. O objetivo proposto neste trabalho é verificar como o caso foi descrito para a sociedade. Por isso, optamos por delimitar os dois dias seguintes ao caso, para serem analisados. Os dias são 21 e 22 de abril de 1997.

5.1 - Quando um crime vira espetáculo

No dia do aniversário de Brasília a manchete do *Correio Braziliense* foi: “Rapazes tocam fogo em índio na W3 – Sul”. O subtítulo dizia que o índio “acordou aterrorizado, com as chamas que queimavam quase todo o seu corpo”, (*Correio Braziliense*, 21.4.1997 manchete). A escolha da palavra “aterrorizado” procurou valorizar o lado emocional, com a intenção de provocar comoção e chocar os leitores. Ainda na primeira página, o texto da matéria classificava o crime como “bárbaro” e dizia que o mesmo havia “aterrorizado” a cidade na véspera de seu aniversário. Porém, antes de julgar, o jornalista deve recordar que esta não é a sua função. O Manual de Redação do Estado de S. Paulo por exemplo diz que “o jornalista não deve expor opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões”. A matéria afirmava que o crime cometido era um crime hediondo, sem se preocupar em ter uma fonte para confirmar esta afirmação. O autor Daniel Cornu propõe que no campo da ética, os códigos deontológicos e os conselhos de imprensa, perseguem objetivos gerais, entre eles assegurar à população informação exata, honesta e completa.

Na editoria *Últimas*, a chamada da matéria foi *Selvageria contra índio envergonha todo o país*. A utilização de adjetivos como “selvageria” e

“envergonha” podem ser considerados apelos emotivos que objetivam a supervalorização e apresentação chocante do fato, que por si só já é “chocante”. Faltou portanto, objetividade e sobrou sensacionalismo e julgamento de valor. No mesmo texto, o jornal diz que o crime “provocou comoção no país” mas não se preocupa em citar manchetes de outros jornais ou algo que destaque esse impacto um dia após o crime. Foram utilizados trechos de entrevistas de três autoridades que na época exerciam cargos políticos. “Estou horrorizado”, do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. “Esse crime enoja a sociedade brasileira”, disse Milton Seligman, ex-ministro interino da Justiça. “A honra de Brasília está em jogo por causa desse crime hediondo”, Cristovan Buarque, na época governador de Brasília (Correio Braziliense, 21.4.1997: p.2). Percebemos que todas as frases selecionadas possuem teor emocional e condenam a atitude dos acusados antes mesmo de um julgamento judicial. Neste momento lembramos de outro autor, Francisco Karam, que considera que o jornalista tem o compromisso ético com a pluralidade dos fatos, versões e opiniões. Percebemos que na escolha dessas frases não existiu este compromisso proposto por Karam.

A referida matéria cita também, que o caso estava “provocando a revolta de toda a sociedade”, (Correio Braziliense, 21.4.1997: p.2). A generalização torna a matéria tendenciosa uma vez que não citou opiniões contrárias.

Palavras como “revolta” e “protesto” foram estrategicamente usadas como retranca para dividir os blocos de textos da matéria reforçando a idéia apelativa e emocional.

No segundo dia após o crime, 22 de abril, o *Correio* apresentou 21 reportagens entre matérias, notas e artigos, além das frases opinativas de pessoas comuns e de personalidades. Porém, partindo do pressuposto que a objetividade e imparcialidade são obrigações do veículo de comunicação, resolvemos analisar apenas os textos no qual observamos algum problema no que diz respeito aos objetos teóricos descritos nos capítulos anteriores.

A capa do jornal desse dia teve como manchete “A história do crime que abalou o Brasil” e o subtítulo foi “De como cinco rapazes da classe média brasiliense queimaram vivo o cacique Pataxó Galdino de Jesus dos Santos”. A valorização da emoção nesse caso, sugere uma manchete “abalou o Brasil” e um

subtítulo “queimaram vivo”, que mais uma vez podem ser consideradas sensacionalistas pela valorização emocional e apelativa. O jornal diz: “o crime que abalou o Brasil”. O *Correio* é um jornal local, por isso não consideramos correto dimensionar o caso numa esfera nacional sem citar manchetes de outros jornais de outros estados. Ainda na capa segue um texto que diz:

Dor e revolta. Sem-terra e índios saem às ruas de luto e em sinal de protesto. De madrugada, criminosos. De dia, jovens considerados gentis e educados. Galdino, tímido, mal falava português. Era a segunda viagem dele a Brasília. Defesa dos rapazes alegará que eles não tinham a intenção de matar o índio. (Correio Braziliense, 22.4. 1997)

Observamos que o texto segue na mesma linha editorial apelando para o emocional e para a exploração de temas agressivos ao utilizar palavras como “dor”, “revolta”, “protestos”, “criminosos”. Como vimos anteriormente a autora Rosa Nívea Pedroso considera que tal prática é sensacionalista e objetiva emocionar o leitor.

A matéria principal da editoria *Cidades* teve o seguinte título: *Selvagens*. (Correio Braziliense, 22.4.1997: p.2). Este foi mais um exemplo de adjetivo utilizado para desqualificar os réus. A palavra “selvagens” também faz alusão ao fato de historicamente os índios serem chamados de tal forma pela conhecida resistência ao processo de colonização imposta pelo homem “branco”.

A referida matéria cita trechos de declarações dos envolvidos como:

A gente pensou que ele ia acordar dar um pulo e sair correndo, (Tomas).

Foi uma brincadeira que a gente pensava que fosse normal (Max).

A gente não tinha a intenção da matar nem de ferir ninguém. Só queríamos dar um susto em um mendigo. Não sabíamos que era um índio (Antônio). (Correio Braziliense, 22.04.1997: p.2)

O jornal descreve na matéria que “todos garantiram não ter tido a intenção de matar ninguém. Queriam dar um susto”. Mesmo assim, classificou os acusados como “selvagens”. (Correio Braziliense, 22.4.1997: p.2).

Outros problemas observados nesse texto foram duas afirmações do jornalista do *Correio* sem citar a fonte. A primeira foi “todos riscaram o fósforo”. Esta séria acusação, em nossa opinião, só poderia ser dita se fizesse parte da

declaração de alguém, como o delegado ou um dos envolvidos no crime. A outra afirmação sem fonte foi: “O assassinato é um crime hediondo”. Não cabe à imprensa julgar. Nesse caso, consideramos imprudente tal afirmação por não possuir uma fonte qualificada para tal declaração, como um delegado ou um advogado.

5.2 - Crime racial ou social?

Outra matéria analisada teve como título: *Estupidez confessa*. A matéria possui título sensacionalista com o adjetivo pejorativo “estupidez”. O título faz referência à declaração de um dos envolvidos que disse: “A gente não sabia que era um índio. Não fazia a menor diferença”. Porém no próprio texto existe todo um contexto no qual foi dito esta frase que explica o motivo da mesma. Segue abaixo trecho da entrevista feita pelo repórter do Correio.

Correio - Por que vocês escolheram logo ele? Sabiam que era índio?

Max – A gente não sabia que era índio. Não fazia a menor diferença. Foi uma brincadeira que a gente pensava que fosse normal. A gente ficou sabendo que era dia do índio na delegacia.

Correio – Mas na delegacia vocês disseram que pensaram que era um mendigo. Então com mendigo pode?

Max – Não foi isso que a gente queria dizer. Na delegacia disseram pra gente: “Viu só que presente vocês deram pro índio no dia do índio?”. Tinha um monte de índio na delegacia. Ficamos com medo e a gente disse que não sabia que era índio. Ficou parecendo que a gente tinha saído para ‘sacanear’ um índio porque era dia do índio. Mas não é verdade. (Correio Braziliense, 22.4.1997: p.2)

O contexto deste trecho da entrevista explica a versão dos acusados que eles não sabiam tratar-se de um índio. O crime a partir de então poderia ser considerado crime social, pois os envolvidos, queriam “brincar” com um mendigo. Talvez acreditando na impunidade deste crime, por serem membros da classe média. Inclusive na pergunta seguinte o próprio repórter do Correio já se refere à vítima como “mendigo”. Porém, o que se viu no título dessa matéria e em várias outras seguintes do jornal, foi uma tentativa de classificar o crime como racial.

Outra matéria destacada para análise foi a que teve o seguinte título: *Promotor diz que legislação favorece impunidade*. O problema desta matéria foi a tentativa de classificar o crime como étnico racial. O texto diz que segundo o

promotor existe um agravante jurídico e social no episódio, por se tratar de indivíduo tutelado pelo estado. Podemos observar isso na declaração do promotor, “a sociedade vai ser mais exigente na cobrança da justiça”. (Correio Braziliense, 22.4.1997: p.2).

Ainda no dia 22 de abril, o jornal publicou também duas matérias que mais uma vez tentam reforçar que o crime foi racial. A primeira teve como título: *Branco*. O texto diz que os envolvidos eram “jovens saudáveis, bem nascidos, considerados educados e gentis”. Mais adiante, a matéria cita que por conta destas características dos garotos o crime “bárbaro praticado por eles chocou, horrorizou, abalou ainda mais vizinhos e parentes”, (Correio Braziliense, 22.4.1997:p.6). A outra matéria teve como título *Índio*. Esta segunda, apesar de ser escrita de forma imparcial, teve a intenção de incitar que o crime foi racial e não social, como sugere o depoimento de um dos acusados: “Não sabíamos que era índio, pensávamos que fosse um mendigo”. (Correio Braziliense, 22.4.1997:p.2).

5.3 - Com mendigo pode?

No dia 22 o jornal publicou duas matérias que afirmam que o crime cometido pelos réus é comum contra mendigos. Um dos textos teve como título “Desprezo a mendigos não é novidade” e a outra “Um mendigo é queimado por mês”. Na primeira matéria, é publicada uma entrevista da então administradora do HRAN, Ângela Cristina, que diz: “Durante os seis anos em que trabalhei na unidade de queimados, vi casos de pessoas queimadas enquanto dormiam nas ruas” (Correio Braziliense, 22.4.1997:p.4). A outra matéria revela um dado divulgado pela prefeitura de São Paulo e pelo hospital de Taubaté no qual, na época do crime, em média um mendigo era queimado por mês nas ruas da capital paulista(Correio Braziliense, 22.4.1997:p.2). Sem entrar no mérito do crime, podemos observar nas próprias matérias que o caso não é tão incomum quanto parece. Porém, nenhum outro crime como este alcançou tamanha repercussão, nem sequer tem-se o nome dos culpados e das vítimas. O fato de os envolvidos serem de classe média, não terem motivo para cometer tal crime e alguns terem parentes ligados à Justiça pode sim ser considerado um agravante. Mas nem por

isso os outros casos devem ser minimizados pelo fato das vítimas terem sido mendigos. Dá a entender sim, que com um “mendigo pode”, a partir do momento em que a imprensa, no caso o *Correio*, não se “escandaliza” igualmente quando um mendigo é queimado.

5.4 - De volta ao local do crime

Outra matéria que possuiu apelo emocional teve como título: *Não sou herói!*. Na referida matéria, o *Correio* levou o chaveiro, Nairo Euclides, testemunha que identificou a placa do carro usado pelos acusados, para reviver o momento do crime. O texto diz que basta um instante sozinho para Nairo “recordar do terror que presenciou”. A matéria cita que Nairo teve “uma noite maldormida, entrecortada pelos gritos de agonia que não lhe saem da memória”, (*Correio Braziliense*, 22.4.1997:p.3). O jornalista chega a sugerir que a testemunha é um herói, hipótese essa rejeitada por Nairo. Percebemos o uso de linguagem constantemente apelativa e subjetiva que revela a linha sensacionalista de várias matérias sobre o caso, publicadas pelo *Correio*. Esta reportagem tendenciosa, não acrescentou nenhuma informação ao leitor, por isso faltou objetividade por parte do jornal.

5.5 - Parcialidade: “um lado da moeda”

Na coluna de *Opinião*, analisamos o artigo de título *Algo está errado*. O jornalista chama os envolvidos de “ganguê”, sendo que os mesmos até então não tinham nenhuma passagem pela polícia. O artigo diz que ao tentar justificar o crime “hediondo”, um dos acusados “acrescentou uma dose inesperada de cinismo à história trágica”. A referida frase proferida por Max: “Foi uma brincadeira não sabíamos que se tratava de um índio”. O autor do artigo cita que tal declaração provocou “indignação quase tão grande quanto o crime”. (*Correio Braziliense*, 22.4.1997:p.14).

A seguir, trechos de algumas opiniões de pessoas comuns e de autoridades, que foram publicadas no dia 22 de abril no coluna “Repercussão”.

“É uma tragédia social. Estou incomodado, envergonhado, chocado. Apesar de todas as patologias desses jovens, há um fato maior: as classes médias passaram a desprezar os excluídos. É preciso que a Justiça aplique a punição mais rigorosa que a lei permitir”, ex-governador de Brasília, Cristovam Buarque.

“É lamentável, chocante. Estou comovido, assim como todo o país. Espero que crimes como esse não se repitam. É um problema de toda a sociedade brasileira. Marco Maciel, ex-vice presidente da República.

“A imagem de Brasília foi prejudicada na véspera do seu aniversário por esse crime hediondo. Foi um ato de barbárie que nos envergonha”. Dom José Freire Falcão, cardeal-arcebispo de Brasília.

“Eu sinto não ter podido salvar a vítima. Ajudei a apagar o fogo chorando pensando na desumanidade daquilo”. Nairo Euclides, testemunha. (Correio Braziliense, 22.4.1997:p.3).

Em outra coluna, “Desabafo”, o jornal publicou opiniões na mesma linha editorial de reprovação e pré-julgamento. A seguir, algumas delas:

“Todo o dia deveria ser dia do índio. E nunca, dia do ódio. Dia 21 deveria ser o dia da indignação nacional contra a barbárie”, Paulo Ricardo de Alencar – SP.

“Vai tudo terminar em cestas”?, Marta Cerqueira – Asa Norte.

“Os brancos tomaram a terra dos pataxós. Os brancos queimam florestas. Os brancos queimam...”, Lúcio Benitez – Rio.

“O Brasil não foi descoberto. Foi invadido. Se não respeitamos a terra dos índios, ao menos, não matem os que tentam reaver seus direitos”, Elizângela Moreira – Asa Sul.

“Fizeram o mesmo já com dois mendigos. Não seriam os mesmos assassinos? Mendigo chama menos atenção? Justiça!!! Pelo amor de Deus”, Flávio Calazans – Gama.

“Esses meninos não podem ficar isentos por serem filhinhos de papai”, Joel Cabral – Taguatinga. (Correio Braziliense, 22.4.1997 p.5)

Mais uma vez o jornal mostrou linha editorial tendenciosa ao não dar “voz” a opiniões contrárias buscando uma pluralidade de opiniões.

5.6 - Folha de S. Paulo e os dois “lados da moeda”

No dia seguinte ao crime, 21 de abril, a *Folha* publicou três matérias sobre o caso do índio, todas na mesma editoria *São Paulo*. A primeira teve como título

Índio é queimado por estudantes no DF. A matéria foi imparcial desde o título, expôs o caso de forma objetiva e sem utilizar juízo de valor. A versão dos acusados foi publicada na fala do então delegado responsável pelo caso, Valmir Alves de Carvalho. (Folha de S. Paulo, 21.4.1997: p.3).

A segunda matéria, de título *Quem são os Pataxós*, escrita de forma imparcial, conta a história da tribo Pataxó e explica que o índio Galdino estava em Brasília para a comemoração do Dia do Índio e para verificar um processo de reivindicação de posse de terra de sua tribo. (Folha de S. Paulo, 21.4.1997: p.3).

A terceira e última matéria publicada no dia teve como título “Era brincadeira, diz advogado”. Apesar do aparente tom irônico do título, a matéria também foi escrita de forma imparcial. Ela explica quais crimes os participantes serão acusados e qual pena podem pegar. Cita que os acusados contaram a mesma história em seus depoimentos e não questiona o fato dos jovens terem dito que pensavam que a vítima tratava-se de um mendigo . No final, a matéria cita trechos de declaração do advogado de três dos réus, Rommel Parreira Corrêa. A matéria informa que o advogado classificou o crime como “uma brincadeira que resultou em tragédia”. Em outro trecho, o advogado mantém a tese dos acusados: “eles disseram que não sabiam que a vítima era índio”. (Folha de S. Paulo, 21.4.1997: p.3)

No dia 22 de abril, a *Folha* publicou oito matérias a respeito do caso sendo que uma na editoria de *Opinião* e as outras na editoria *São Paulo*. A primeira, publicada na editoria de *Opinião*, teve como título *Assassinato em Brasília*. No trecho inicial o crime é destacado como um crime social e não racial.

Numa brincadeira de fim de noite, garotos de classe média de Brasília mataram Galdino Jesus dos Santos, 44, índio pataxó. O divertimento consistia em atear fogo em quem eles pensavam ser um mendigo – os rapazes disseram que não tinham nada contra índios. Queriam só assustar um miserável qualquer. (Folha de S. Paulo, 22.4.1997: p.2).

Apesar de a matéria usar o adjetivo “barbaridade” para descrever o caso, aponta o episódio num contexto nacional de outros crimes considerados violentos. Para a *Folha*, o episódio de violência cometido contra o índio Galdino, não foi um caso “isolado”.

“A respeito do divertimento brasileiro, pode-se dizer que, de fato, não proliferam comandos juvenis para incendiar mendigos (...) esses casos não são ‘isolados’ e a indignação pontual já começa a ter um ar de hipocrisia. (Folha de S. Paulo, 22.4.1997: p.2).

A segunda matéria do dia teve como título: *Morre o índio incendiado em Brasília*. Tanto o título quanto a matéria foram imparciais. No texto foi publicado que o índio morreu de “insuficiência renal e parada cardiorrespiratória irreversível” no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Também é citado que os réus foram transferidos pela segunda vez por terem sido ameaçados por outros presos e que o corpo do Galdino seria encaminhado para a tribo do índio no sul da Bahia. (Folha de S. Paulo, 21.4.1997:p.3).

Crime não foi intencional, diz advogado, foi o título da terceira matéria publicada no dia. O subtítulo do texto foi “defensor de três dos cinco acusados rejeita qualificação do crime como hediondo; para ele, não houve má-fé”. Tanto o título, subtítulo quanto o texto desta matéria foram imparciais. O jornal preocupou-se em ouvir a versão tanto do advogado dos acusados quanto do delegado responsável pelo caso. Apesar dos dois terem opiniões diferentes o jornal demonstrou uma atitude ética ao ouvir e publicar as duas versões. (Folha de S. Paulo, 21.4.1997:pp. 3-4).

Outra matéria publicada no dia foi a que teve como título *Ameaça causa transferência de jovens*. Também não foram verificados problemas de parcialidade neste texto que publicou a transferência dos réus e explicou que o motivo era manter a integridade física dos mesmos.(Folha de S. Paulo, 21.4.1997:pp. 3-4).

A quinta matéria teve o seguinte título “Funai oferece defesa a índios”. O texto escrito de forma objetiva e imparcial diz que a Funai colocou os advogados do órgão à disposição da família do Galdino caso os mesmos quisessem entrar com um pedido de indenização na justiça. (Folha de S. Paulo, 22.4.1997: pp. 3-4).

Outra matéria que faz alusão ao caso de Brasília teve o título: *Sem-teto são queimados em SP*. A matéria diz que “pelo menos um sem-teto por mês entra no hospital do Taubaté por ter sido queimado enquanto dormia nas ruas de SP”. O texto cita a opinião do padre Júlio Lancellotti que é líder da Pastoral do Povo da Rua. “Há pelo menos 20 anos os sem-teto dormem em grupos para se proteger de ataques. “Daí percebemos que esse caso de Brasília não é nem um pouco isolado”, afirma Lancellotti. (Folha de S. Paulo, 22.4.1997: pp. 3-4).

A sétima matéria teve o seguinte título: *Rapaz se diz arrependido*. Essa nota foi mais um exemplo de texto imparcial. Nela o jornal cita uma declaração de um dos envolvidos que dizia estar arrependido. Também fala onde eles moravam, de quem eram filhos e como era o comportamento deles, segundo o depoimento de alguns vizinhos. (Folha de S. Paulo, 22.4.1997: pp. 3-4).

Apesar de demonstrar uma linguagem objetiva e imparcial na descrição do caso Galdino consideramos que a Folha foi tendenciosa na oitava e última matéria do dia 22 de abril que teve o seguinte título: *Atitude pode ser psicopata*. Esta nota foi parcial pois quis insinuar que os réus ou pelo menos um deles teve uma atitude psicopata. Não se preocupou em ouvir a opinião de algum especialista. (Folha de S. Paulo, 22.4.1997: pp. 3-4).

Conclusão

O jornal *Correio Braziliense* ao abordar as matérias do caso Galdino Pataxó, demonstrou linha editorial tendenciosa, em alguns momentos sensacionalista. Não soube manter a imparcialidade e o distanciamento necessários a um veículo de comunicação de massa, que tem como um dos objetivos responsabilidade social perante a sociedade.

O jornal deve buscar sempre a objetividade ao relatar os fatos para que o próprio leitor tire suas próprias conclusões. Isso não significa que o veículo não pode expor opinião. Para isso existem colunas, artigos e opiniões editoriais. Mesmo assim, deve haver pluralidade de opiniões e constante empenho em publicar a matéria de forma mais objetiva, imparcial e honesta possível.

Os acusados, apesar de dizerem que não sabiam que a vítima se tratava de um índio, podem até não ter cometido um crime racial mas sim um crime social quando afirmaram que achavam que a vítima se tratava de um mendigo. Porém a todo o momento o *Correio* quis passar a idéia de que o crime foi racial. Não que o crime não tenha sido racial, porém o jornal não tem o direito de distorcer as versões dos acusados e manipular as informações transmitidas ao público.

O *Correio* reforçou em suas páginas a indignação da sociedade. Mas será que é esse o papel da imprensa? Será que ressaltar com tanta intensidade um crime é o caminho a se seguir? É claro que nenhum cidadão precisa ler a palavra “selvageria” na capa de um jornal para se surpreender com a notícia de que uma pessoa havia sido queimada enquanto dormia.

A *Folha de S.Paulo*, por outro lado, demonstrou linguagem imparcial, objetiva e distanciamento necessário ao relatar o caso.

Ao comparar a quantidade de matérias, podemos dizer que a *Folha* deu menor destaque ao caso, possivelmente por ser um jornal de outro estado. Mas nem por isso deixou de ouvir os dois lados e tampouco utilizou uma linguagem sensacional em seus textos e manchetes.

Não existe a intenção de amenizar o acontecimento, de diminuir a culpa dos rapazes. Pois considerar a possibilidade de viver numa sociedade que acha normal uma pessoa ser queimada enquanto dorme é algo absurdo.

Bibliografia

AGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai Sangue*. São Paulo: Summus editorial, 1995.

AMARAL, Luiz. *A Objetividade Jornalística*. Porto Alegre-RS: Sagra-Luzzatto, 1996.

ARBEX JÚNIOR, José. *Shownarlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: edições 70, 1977.

BARROS, Diana Luz Pessoa. *Teoria do Discurso fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas, 2002.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas-SP: EdUnicamp, 1991.

CORNU, Daniel. *Ética da Informação*. Bauru-SP: EdUsc, 1998.

CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CORREIO BRAZILIENSE, Matérias acerca do caso “Galdino” nos dias 21 e 22 de abril de 1997.

DI FRANCO, Carlos Alberto. *Jornalismo, ética e qualidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

FOLHA DE S. PAULO, Matérias acerca do caso “Galdino” nos dias 21 e 22 de abril de 1997.

KAPFERER, Jen-Noël. *Boatos: o mais antigo mídia do mundo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

- KARAM, Francisco José. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- KUCINSKI, Bernado. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Unesp, 2005.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*. São Paulo: Edusp, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- MANUAL GERAL DA REDAÇÃO / Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.
- MARQUES DE MELO, José. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1985.
- MEYER, Philip. *A ética no jornalismo: Um guia para estudantes, profissionais e leitores*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ORLANDI, Eni Puccinelli, *Discurso e Leitura*. Campinas-SP: Cortez / Unicamp, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso, princípios & procedimentos*. Campinas-SP: Pontes, 2002.
- PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo: Annablume, 2001.
- ROCHA, Débora Xavier. *Mudança de Orientação Editorial na Agência Brasil: A objetividade jornalística como proposta de comunicação*. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2004. (Dissertação de mestrado).
- SILVA, Juremir Machado. *A Miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.

TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, 1999.

WOODROW, Alain. *Informação Manipulação*. Lisboa: Dom Quixote, 1996.